

Apresentação

Para muitas pessoas, a moral pertence ao domínio exclusivo dos filósofos, até porque fazer um trabalho de educação moral implica percorrer diversas teorias filosóficas e trazê-las para o campo educacional. Contudo, a ciência psicológica que explica os processos humanos que fundamentam a moralidade pode explicar também o que ocorre com as pessoas quando educam e são educadas moralmente.

Se compreendermos a educação como um sistema cujo objetivo fundamental é fomentar o desenvolvimento das pessoas, poderemos ver com mais clareza o papel essencial que a Psicologia tem no terreno da educação moral. O desenvolvimento humano não é um processo que está garantido *a priori*, mas, ao contrário, se produz graças à ação conjunta com as pessoas, e se perpetua por meio do processo social da educação, em seu sentido mais amplo. A partir desse ponto de vista, portanto, a verdadeira educação consiste em possibilitar condições necessárias para o amadurecimento e o desenvolvimento das funções cognitivas e afetivas. Seria uma educação construtiva que promove a garantia dos aprendizados da melhor maneira e que é válida não só para os saberes clássicos, mas também para o desenvolvimento dos valores e da moral.

A PSICOLOGIA E O FENÔMENO MORAL

As investigações de Turiel (1983) e Nucci (1982, 1996 e 2001), por exemplo, mostram três domínios distintos do conhecimento social – o domínio pessoal, o domínio das convenções e o domínio moral – que aparecem já em crianças pequenas, pois, segundo esses autores, há uma tendência em tratar as transgressões morais como mais sérias do que a violação das convenções e, por isso, as pessoas tendem a ver os atos pró-sociais morais como melhores e mais positivos do que a aderência às convenções. As considerações morais surgem de fatores que são intrínsecos às ações: as consequências em causar dano a outros seres humanos, em violar seus direitos ou afetar o bem-estar geral. Nesse sentido, os assuntos morais não são arbitrários nem estão determinados por preceitos culturais ou por consenso de um determinado grupo, mas surgem a partir de fatores inerentes às relações sociais, os quais são diferentes das estruturas culturais, religiosas ou particulares.

Um elemento significativo da moralidade, que vem sendo investigado nas últimas duas décadas a partir de uma perspectiva psicológica, é o chamado *moral self*, ou identidade moral. Augusto Blasi (1993) é o primeiro pesquisador a oferecer uma teoria que tenta preencher o vazio existente en-

tre o raciocínio moral (PIAGET, 1994; KOHLBERG, 1992) e a ação moral, conectando ambos os aspectos com o conceito de identidade moral.

Mas dar conta do gerenciamento moral é um problema particularmente difícil e complexo para a Psicologia. Blasi (1993) revisou a relação entre o estado de juízo moral no sentido *kohlberguiano* e o comportamento, concluindo que existia uma relação entre a conduta moral e o período de desenvolvimento em que a pessoa se encontrava. Esse autor postulou que pode haver um elo entre juízo moral e ação, e que estes se encontram no ponto em que a moralidade e as preocupações morais estão integradas no processo de identidade (senso de *self*) da pessoa. A ideia básica é que a partir da construção da “identidade moral” são derivadas as necessidades psicológicas de praticar ações que sejam consistentes com os próprios ideais, ou seja, os motivos para a ação moral não são resultados diretos de saber o que é bom ou justo, mas, sim, do desejo de atuar de forma tal que se possa manter a consciência do sentido de identidade como seres morais, de legitimar e atribuir valor às coisas que são constituintes dessa identidade.

O interessante do conceito de identidade moral é que este não substitui as ideias morais tradicionais, como o conceito de caráter, por exemplo, baseado numa concepção de virtudes e traços de personalidade, mas pretende operar conjuntamente com a razão e com os motivos para a ação. Vale dizer que a moral penetra na essência do ser humano, o que significa que os aspectos morais da identidade são construídos e vivenciados subjetivamente de diferentes modos em cada pessoa.

A PSICOLOGIA E A EDUCAÇÃO MORAL

A distinção entre moralidade e convenção e o papel que a identidade ocupa em relação à conduta humana têm grandes repercussões para a educação moral. Pioneiro nessas discussões foi Lawrence Kohlberg (1992), que se interessou pela educação moral a partir dos trabalhos de Piaget (1994) sobre o juízo moral e de um de seus discípulos, Blatt (1975), que investigou pela primeira vez as aplicações educativas da teoria psicológica do desenvolvimento moral de Kohlberg.

Esse autor diz que somente nos estágios mais elevados de desenvolvimento moral é que o senso de equidade moral se diferencia das convenções e forma a base dos juízos morais. Kohlberg recebeu várias críticas por isso e foram as investigações de Nucci e Turiel que trouxeram uma compreensão mais cabível da teoria *kohlberguiana*, ao demonstrarem que a moralidade e as convenções são elaborações diferentes, dependendo da idade da pessoa, e que constituem distintos sistemas conceituais e de desenvolvimento. Mas desses estudos e pesquisas restou uma pergunta: em que ocasiões atendemos e/ou priorizamos a moral em detrimento das convenções?

Uma importante via para a análise dessa questão está na educação. O campo da Psicologia da moralidade que adere ao modelo de desenvolvimento cognitivo é favorável a uma educação moral que propõe desenvolver altas capacidades de juízo moral e discernimento nos sujeitos, assim como a tomada de perspectiva da empatia, em vez de uma educação que simplesmente

incuta nos alunos as convenções de seu grupo ou comunidade. Numa perspectiva evolutiva, a educação deve permitir à criança e ao jovem desenvolver progressivamente suas possibilidades morais em noções cada vez mais inclusivas de igualdade e equidade, de reciprocidade e solidariedade, ou seja, a educação deve promover condições para a construção de conceitos de justiça e de bem comum cada vez mais adequados.

Tal como a teoria dos domínios sociais nos indica, a moralidade e as convenções são domínios distintos nas crianças de todas as idades e de diferentes níveis de desenvolvimento quando avaliam situações sociais a partir de um ponto de vista moral. Salvo as diferenças que obviamente existem entre a capacidade de reflexão moral de uma criança e de um jovem ou adulto, a capacidade de atender e priorizar a moral está disponível em todas as idades. Para alguns autores, essa possibilidade inclusive estabelece uma interessante relação com o conceito de identidade moral, pois o que somos, o que nos constitui como pessoas, poderá afetar a maneira como lidamos com os aspectos morais de nossas experiências.

Para as teorias de desenvolvimento cognitivo, explicadas pela ciência psicológica, o desenvolvimento moral não é a clarificação individual de valores pessoais e relativos, nem a aquisição simplesmente das normas convencionais sociais ou culturais, mas, sim, um processo que surge dos esforços que crianças e jovens fazem para pensar e resolver os conflitos, levando em consideração os valores contraditórios e as necessidades das pessoas. Nessa perspectiva, a educação moral enfatiza a reflexão, o raciocínio, a construção de papéis sociais, a empatia e, sobretudo, a capacidade para fazer escolhas autônomas.

Os artigos selecionados para esta edição da *Revista Leopoldianum* tratam destas questões mencionadas acima, cada um a partir de seu enfoque, mas todos procurando articular a Psicologia, a Educação e a Moralidade.

Prof.^a Dra. Denise D´Aurea Tardeli

Editora Especial

Prof. Dr. Marcelo Lamy

Editor

REFERÊNCIAS

BLASI, A. The development of identity. Some implications of moral functioning. In: NOAM, G. G.; WREN, T. E. (Orgs.). *The Moral Self*. Cambridge: The MIT Press, 1993.

BLATT, M.; KOHLBERG, L. The effects of classroom moral discussion upon children's level of moral judgement. *Journal of Moral Education*, 4, p. 129-161, 1975.

KOHLBERG, L. *Psicologia del desarrollo moral*. Bilbao/Espanha: Biblioteca de Psicología, Editorial Desclée de Brouwer, 1992.

NUCCI, L. Conceptual development in the moral and conventional domains: implications for values education. *Review of Educational Research*, 49, p. 93-122, 1982.

_____. Morality and the personal sphere of actions. In: REED, E. et al. *Values and Knowledge*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1996.

_____. *Education in the moral domain*. New York: Cambridge University Press, 2001.

PIAGET, J. *O Juízo moral na criança*. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

TURIEL, E. *The Development of Social Knowledge: Morality and Convention*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.